



PROJETO  
**JUVENTUDE**  
E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

**Cidade**  
e espaços  
públicos

03

Novas abordagens sobre  
prevenção da violência  
entre jovens

Realização:



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

Parceria estratégica:



## O que é esta cartilha?

### Sumário

<b>O que é esta cartilha?.....</b>	<b>2</b>
<b>Juventude e prevenção da violência .....</b>	<b>4</b>
<b>Por onde começar? .....</b>	<b>7</b>
<b>Conceitos importantes .....</b>	<b>9</b>
<b>Como fazer? .....</b>	<b>16</b>
<b>Saiba mais .....</b>	<b>37</b>
<b>Créditos e Ficha técnica .....</b>	<b>38</b>

O envolvimento dos jovens brasileiros com a violência e, sobretudo, com a violência letal, é um problema grave, urgente e complexo. Aqueles que atuam no campo da segurança pública ou em áreas relacionadas à juventude se veem diante de muitos desafios, inúmeras perguntas e poucas respostas para enfrentar essa questão.

As soluções, de fato, não são simples. Mas há caminhos, e eles vêm sendo construídos, em todo o país, por pesquisadores, estudiosos, gestores do setor público e de projetos sociais, e jovens que se dedicam a entender a fundo o problema, formular e desenvolver ações inovadoras e eficazes.

Esta cartilha reúne conhecimentos teóricos e práticos para orientar e inspirar a realização de projetos de prevenção da violência entre jovens. Mais do que apontar receitas

e fórmulas replicáveis, este material pretende oferecer novos pontos de reflexão, sugerir perspectivas e modos de fazer compatíveis com o princípio de que segurança pública se faz com informação, integração e, acima de tudo, pautada pela garantia dos direitos dos cidadãos.

Produzida pela equipe do Instituto Sou da Paz, a cartilha faz parte do projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*, uma iniciativa do Ministério da Justiça (no âmbito das ações do PRONASCI, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) que visa identificar, conhecer e promover estratégias de prevenção da violência entre adolescentes e jovens em todo o território nacional.

O Sou da Paz, parceiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Ilanud nesta empreitada, elaborou cinco cartilhas, que tratam dos seguintes temas: escola; polícia e juventude; cidade e espaços públicos; cultura de paz; e capacitação de gestores sobre juventude e prevenção da violência.

Cada cartilha foi produzida com o apoio de especialistas e apresenta experiências desenvolvidas em diversas regiões do país, além de uma seção (Saiba mais) com referências para se aprofundar nas discussões levantadas.

Esperamos, com estas cartilhas, contribuir para ampliar as iniciativas que buscam preservar a vida e a segurança da juventude.

**Boa leitura!**

## Quais os Caminhos para Desenvolver Ações de Prevenção da Violência Entre Jovens?

**D**esde a década de 1990, vem ocorrendo no Brasil um fenômeno demográfico conhecido como “onda jovem”. Cerca de 26% da população se encontra na faixa de 15 a 29 anos – é o maior contingente jovem em toda a história do país, o que poderia representar um fenômeno extremamente positivo. Contudo, os jovens são o grupo mais afetado pela violência. A exposição da juventude brasileira à violência significa que os jovens são as maiores vítimas e também os mais frequentes autores dos homicídios, além de estarem envolvidos na prática de outros crimes, o que aponta a necessidade de políticas públicas direcionadas a esse segmento.

Para construir tais políticas, é essencial superar as concepções que têm polarizado, nas últimas décadas, o debate sobre o enfrentamento da violência no Brasil. De maneira resumida, há uma divisão entre aqueles que entendem a violência não como um problema em si, mas como resultado das mazelas sociais – e, portanto, que sua solução dependeria exclusivamente da resolução desses problemas –, e aqueles que veem na violência uma manifestação do descontrole e do desrespeito à ordem, sendo por isso um problema exclusivo do aparato repressor do Estado.

Assim estabelecido, o debate possibilitou que setores mais progressistas e ligados às causas sociais se distanciassem da construção de uma agenda de segurança pública. Em contrapartida, ganhou força, entre a opinião pública e setores mais conservadores, a valorização de políticas com foco exclusivo na repressão, ou seja, nas respostas do Estado aos atos criminais. Na prática, isso significou a defesa de políticas de encarceramento, de penas mais duras e de uma ação mais vigorosa por parte da polícia. Segundo essa concepção, até mesmo os pro-

---

1. Vale apontar que esse não é um fenômeno exclusivo do Brasil; em todo o mundo, os jovens são o grupo mais envolvido com a violência, seja como vítima, seja como autor.

jetos sociais, esportivos ou culturais teriam sua função limitada a manter a juventude “ocupada e afastada das ruas”, como se todos os jovens representassem um perigo potencial.

**A tarefa de promover a segurança pública deixa de ser voltada para a defesa do Estado e volta-se para o cidadão.**

Esse modelo, que norteou as discussões e as políticas de redução do envolvimento dos jovens com a violência, não tem funcionado. Além de não ser eficaz na melhoria dos índices criminais, representou, muitas vezes, uma afronta aos princípios democráticos e só aumentou a distância entre a população e os formuladores e executores de políticas de segurança. Por isso, desde o final da década de 1990, tem se desenvolvido uma nova concepção, que busca apontar outros caminhos para dar conta dos desafios existentes e vem se consolidando como o *novo paradigma da segurança pública*.

E o que traz de novo esse paradigma? Um de seus pressupostos é o de que segurança pública é um direito dos cidadãos e responsabilidade de todos. A tarefa de promover a segurança pública deixa de ser voltada para a defesa do Estado (e, portanto, do combate àqueles que o afrontam) e volta-se para o cidadão. Além disso, abre-se o leque dos atores responsáveis pela formulação e pela execução das políticas nesse campo, deixando de se limitar à polícia e aos órgãos do sistema de justiça criminal. E abrem-se perspectivas de participação das organizações não governamentais e dos cidadãos.

Outro ponto crucial ao novo paradigma é a ideia de que as ações de repressão são necessárias, porém o combate à violência será mais eficaz quanto mais houver a combinação de estratégias de prevenção. E nesse sentido, mais do que a simples junção de ações de cunho social (que em tese teriam caráter preventivo) com ações repressivas orientadas pelo modelo anterior, é preciso qualificar as ações tanto no campo da repressão quanto no da prevenção.

Em relação ao trabalho repressivo, deve-se investir em ações pautadas pela inteligência e pela legalidade; em relação à prevenção, é preciso superar a ideia de que qualquer ação que busque combater a exclusão social e garantir o acesso a direitos é uma ação que previne a violência. Um projeto cultural, esportivo ou educacional para jovens de determinada comunidade não pode ser considerado de prevenção da violência pelo simples fato de ser realizado em uma comunidade com altos índices de homicídios ou porque a atividade “ocupa o jovem e o afasta da criminalidade”. O projeto deve existir porque a cultura, o esporte ou a educação são importantes para sua formação e são direitos garantidos a todos os jovens, independentemente de sua origem social.

Diferenciar as iniciativas de garantia de direitos dos projetos que têm intenção e foco na prevenção da violência é essencial, inclusive para medir o impacto e a eficácia das ações. É provável que, ao serem realizadas em territórios afetados pela violência (na maioria dos casos, comunidades marcadas por altos índices de exclusão social), as ações sociais tenham um impacto no envolvimento de grupos vulneráveis à violência. Mas se o projeto não tem a clara intenção de interferir nas dinâmicas da violência, nos fatores que levam o jovem a se envolver, esse será um “efeito colateral”.

Mas como fazer tal distinção? Um primeiro passo é escapar do senso comum e de concepções que associam automaticamente exclusão a violência e juventude a situação de risco. Além disso, é preciso realizar um diagnóstico da realidade local, que contemple informações sobre os autores, as vítimas e as condições em que acontecem as manifestações de violência: o que está por trás das brigas, o que potencializa homicídios, quais as características comuns aos jovens envolvidos? Com base nessas informações, é possível planejar ações que atuem diretamente nas causas e dinâmicas da violência.

Não é um caminho fácil nem existem respostas prontas, soluções mágicas, ou medidas que vão, sozinhas, dar conta do problema. Mas quanto mais associadas a um diagnóstico e quanto mais forem pensadas e trabalhadas de forma integrada com outras estratégias, mais eficazes serão. Esse é um caminho que acreditamos ser possível e que pretendemos incentivar com estas cartilhas.

Por onde  
começar?

## A Violência entre Jovens e sua Relação com o Espaço Público

**A** violência que atinge os jovens no Brasil é um problema que deve ser considerado prioritário na agenda de políticas públicas para a juventude. Os homicídios vitimam principalmente pessoas entre 15 e 24 anos, e a concentração aumenta ainda mais quando é feito o recorte de gênero e étnico: jovens homens e negros são muito mais afetados pelos homicídios.

Segundo o mais recente Mapa da Violência, divulgado em 2010, com dados do DATASUS atualizados até 2007, mesmo representando apenas 18,6% da população brasileira nesse ano, os jovens concentravam 36,6% dos homicídios, uma taxa de 50,1 homicídios por 100 mil habitantes. Apesar da queda observada a partir do ano de 2003, chama a atenção o crescimento em mais de 30% do número de homicídios na década (entre 1997 e 2007) entre jovens de 15 e 16 anos<sup>2</sup>.

A concentração dos homicídios não se dá apenas no recorte de gênero e étnico, isto é, homens jovens e negros, mas também ocorre em relação ao território. Em 2007, 80% de todos os homicídios no Brasil concentraram-se em apenas 8% dos municípios, quase 20% em somente cinco cidades do país, que representam 1% dos municípios.

---

2. O Mapa está disponível em: <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>

Estes dados nos mostram que ainda que a sensação de insegurança esteja bastante difundida entre toda a população, isto é, todos têm medo, a violência letal tem endereço certo. Os homicídios no país, embora altíssimos, não atingem todas as pessoas em todos os lugares de maneira igual. Com as informações disponíveis é possível identificar as cidades em que eles ocorrem e, mais, em que bairros dessas cidades.

Não resta dúvida que o problema nas grandes cidades é grave, portanto é preciso desenvolver estratégias focadas na reversão desse quadro. Esta cartilha pretende trazer subsídios para orientar os gestores a pensar ações de prevenção da violência entre jovens com foco em melhorias urbanas, sejam elas voltadas à infraestrutura, sejam direcionadas a promover uma ocupação saudável, pacífica e democrática dos espaços públicos. Vale ressaltar que quanto mais se investir simultaneamente nessas duas frentes, melhores serão os resultados.

**Os investimentos em infraestrutura devem estar integrados a iniciativas de ocupação democrática dos espaços públicos.**

Esperamos, com as recomendações, sugestões e experiências apresentadas nas próximas páginas, inspirar novas práticas e estratégias que melhorem as condições de vida e convivência dos habitantes das metrópoles e especialmente da juventude.

## Conceitos importantes

### Como a Violência se Relaciona com a Cidade e o Espaço Público?

Como as informações sobre violência revelam que os jovens são os principais afetados pelos homicídios, e estes acontecem nas grandes cidades, iremos analisar a relação entre cidade, espaço público e convivência e a prevenção da violência entre jovens. Para isso, partiremos de dois eixos centrais: a formação das grandes cidades e as relações que se dão no espaço público. Por essa perspectiva, apontaremos caminhos e sugestões de atuação que possam orientar ações de prevenção da violência com foco nessa relação.

#### Modelo de Cidade Segregada

Existem no Brasil mais de 5.600 municípios com características econômicas, sociais, políticas e culturais muito distintas. Contudo, é possível encontrar nos grandes centros urbanos brasileiros aspectos comuns em relação a sua formação, ao crescimento urbano sem planejamento e as consequências decorrentes desse processo.

Desde o século XX, e sobretudo a partir de sua segunda metade, ou seja, a década de 1950, com as mudanças econômicas e os novos padrões de migração, mais pessoas se deslocaram para as cidades em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Atualmente, pela primeira vez na história, mais da metade da população do mundo vive nas cidades. No entanto, elas não estavam preparadas para tal crescimento exponencial, e a ocupação e a formação do espaço urbano se deu de maneira completamente desordenada.

Esse crescimento foi marcado pela migração das camadas populares de trabalhadores para as áreas mais afastadas das cidades, locais sem nenhuma infraestrutura e baixíssimo grau de investimento público, com condições mínimas de garantir um ambiente saudável de moradia.

Enquanto os investimentos públicos se concentravam nas regiões centrais das cidades, tornando-as áreas mais ricas com serviços e infraestrutura em abundância, as áreas periféricas foram marcadas pela ocupação desordenada, com a formação de franjas de moradias sem investimentos urbanos adequados. Isso gerou graves consequências, segregando parte da população em locais mais afastados do centro e alijando-a do processo de inclusão social por conta da ausência completa de acesso aos direitos básicos previstos na Constituição Federal brasileira.

Embora algumas metrópoles brasileiras não apresentem um desenho urbano que destaque tão claramente a divisão centro x periferia, é evidente a cisão entre as comunidades segregadas e as áreas abastadas ou consideradas incluídas da cidade. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem seus bolsões de periferias, as favelas, incrustados em áreas centrais e ricas da cidade. A separação entre centro e periferia, entre incluídos e excluídos, gera territórios apartados dentro de uma mesma cidade, nos quais parte da população tem acesso às políticas públicas e aos seus direitos e outra parte não.

O padrão de vitimização letal de jovens também segue a distribuição desigual de recursos disponíveis nas cidades. Os locais mais ricos e com melhor infraestrutura urbana costumam concentrar crimes contra o patrimônio, e os mais pobres e com menos investimento em políticas públicas, concentram os crimes contra a vida. Mesmo com a queda da taxa de homicídios registrada nos últimos anos em todo o país, a distribuição da vitimização por homicídios se mantém e converge para as periferias, atingindo, sobretudo, o público jovem.

Em 2009, foi elaborado o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a Fundação Seade, no âmbito do projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*. O IVJ-V classifica todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes por uma combinação de

variáveis que vão desde a exposição dos jovens à violência urbana, a permanência na escola, a inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios de residência desses jovens e adolescentes. O IVJ-V apontou uma grande correlação entre vulnerabilidade juvenil e a precariedade da infraestrutura urbana, isto é, quanto maior a porcentagem de domicílios situados em assentamentos precários, maior o grau de vulnerabilidade juvenil dessa cidade<sup>3</sup>.

Essa correlação faz muito sentido, na medida em que as áreas com precários equipamentos de infraestrutura urbana, sem condições dignas de moradia e saneamento básico, mínimas condições físicas do território (como iluminação pública, vias pavimentadas, coleta de lixo regularizada, ausência de espaços seguros voltados ao lazer, esporte e cultura), não proveem os requisitos mínimos necessários para o desenvolvimento humano pleno e o estabelecimento de laços comunitários que permitam uma convivência saudável.

É importante ressaltar, contudo, que a distinção entre centro e periferia não deve servir para estigmatizar e reforçar a diferença entre as áreas centrais e periféricas, porque, ainda que o modelo de urbanização tenha sido marcado por essa diferença, **a periferia se fortalece a cada dia e produz riquezas econômicas, sociais e culturais**. No entanto, levar em conta essa divisão ajuda a entender o modelo de cidade predominante no país que tanto contribuiu para o crescimento de violência letal entre jovens.

## Abandono e Insegurança no Espaço Público

Outro aspecto a ser considerado quando pensamos na relação entre cidade e violência, é o abandono e a insegurança dos espaços públicos. Praças, parques, ruas e outros estão deixando de ser ocupados pela população que opta por alternativas privadas, como shoppings e outros locais fechados e “seguros”. Os espaços públicos deixam de ser de convivência com o diferente, de troca e de aprendizados, para serem locais de passagem e, muitas vezes, de medo.

O esvaziamento do espaço público é resultado de diversos fenômenos: o processo de privatização por que passam as cidades, que valoriza e cria cada vez mais os lugares privados

---

3. Para mais detalhes sobre o IVJ-V acesse: <http://www.forumseguranca.org.br>

de moradia, como grandes condomínios, clubes e *shopping centers*; o ritmo acelerado da vida moderna, que torna os espaços públicos locais de passagem e de consumo; e a própria criminalidade e a violência, fazendo que as pessoas mudem seus hábitos de socialização e convivência, e o medo e a sensação de insegurança se tornem presentes na vida das pessoas.

Esse esvaziamento, tanto nas áreas centrais quanto nas regiões periféricas das cidades, afeta toda a população, não só a da periferia, uma vez que reduz as possibilidades de convivência e inter-relações sociais.

As ruas, calçadas, parques e praças são os lugares mais vitais para uma cidade. É neles que a vida acontece, que as pessoas se encontram, conversam, lidam com situações positivas ou adversas. É no espaço público, assim como no ambiente doméstico, na escola e em outros locais de formação e de convivência, que os conflitos acontecem. Vale dizer que os conflitos não são necessariamente ruins, mas fazem parte da complexidade e da heterogeneidade da vida nas cidades. Portanto, solucioná-los de forma saudável também faz parte do convívio cotidiano, ensinando as pessoas a negociar, a ouvir, a ceder e a respeitar os outros.

Se as pessoas deixam de ocupar o espaço público, esse potencial de convivência e aprendizagem se perde. Daí a rua se transforma em um mero local de passagem, vazio ou ocupado de forma violenta, deteriorado e inseguro. E fica difícil saber o que vem antes: um lugar se torna inseguro porque as pessoas deixam de frequentá-lo, ou as pessoas deixam de frequentá-lo porque ele se tornou inseguro?

Garantir a existência de espaços públicos nas periferias como opção de lazer e convívio é ainda mais importante. Em razão da própria condição socioeconômica da população que vive nessas áreas, esses espaços muitas vezes são a única alternativa de lazer, prática de esportes e acesso à cultura. Uma vez que não há locais públicos ou eles estão em situação de completo abandono, milhares de pessoas se veem impedidas de ter acesso a tais direitos. Isso se torna mais grave para os jovens que, por estarem em uma fase de grande experimentação, em plena construção de sua identidade, desejam estar em contato com o outro e precisam de oportunidades de socialização.

**Você sabia?**

Em 2009, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou uma pesquisa sobre juventude e exposição à violência. Foram ouvidos cerca de 5.100 jovens, em 31 municípios de 13 estados brasileiros. Em relação às atividades praticadas pelos jovens, a pesquisa apontou que:

- 72,5% costumam ir a festas
- 60,9 % costumam frequentar bares
- 59,6% costumam frequentar jogos e estádios
- 45,7% costumam realizar atividades esportivas
- 39,4 % costumam frequentar shows

A pesquisa faz parte do Eixo 01 do projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*. Para mais detalhes, acesse: <http://www.forumseguranca.org.br>

## Medo da Rua

Ultimamente, tem ganhado força a ideia de que a rua é perigosa e a melhor alternativa é investir em espaços privados e controlados, em detrimento da liberdade. Essa é uma visão de mundo que se dissemina em virtude do crescimento da sensação de insegurança. Mas a ideia de que a rua é perigosa e não é lugar para “gente de bem” precisa ser superada.

O medo presente na sociedade atual pode ser explicado, em parte, pelo individualismo moderno que marca nossas cidades. O dever individual de ‘cuidar de si mesmo’ e de ‘fazer por si mesmo’ substituiu a solidariedade que antes marcava as relações entre as pessoas nas cidades. A solidariedade e a troca de experiências entre os cidadãos criavam laços de confiança, regras mútuas de cuidado e proteção, deixando todos mais seguros e tranquilos. A convivência em comunidades mediadas por esses laços de solidariedade tornava a vida na cidade, em suas ruas e outros espaços públicos, mais amigável. Havia uma saudável relação de identidade com os bairros, ruas e praças que fazia as pessoas cuidarem melhor desses locais.

Em contrapartida, a substituição dessa solidariedade pelo individualismo e pela competição contribui para que as pessoas se sintam mais desprotegidas e com medo e deixem de se identificar com seus vizinhos, bairros, ruas e praças, cuidando menos deles.

A concepção da rua como um espaço de perigo faz que ela seja vista por pais, educadores e gestores como um local de risco potencial para os jovens. Um exemplo é a medida que vem sendo implantada em alguns municípios do Brasil, o chamado “toque de recolher”, em que se estabelece um horário determinado como limite para adolescentes e crianças poderem ficar na rua. Depois disso, estão proibidos de permanecer ali. A alegação para tal medida é que, após esse horário, a rua oferece muitos riscos ao público jovem (e de forma implícita esse grupo deve estar em casa durante a noite para ter menos chance de cometer alguma atitude de “risco”).

Por causa do medo, é comum que se deixe de valorizar o usufruto do tempo livre nas ruas e praças das cidades com atividades de lazer, de cultura e esportivas. Mas é justamente em tais espaços, quando estão envolvidos com estas atividades, que os jovens reconstróem normas sociais e experimentam práticas e valores importantes, como a cooperação, a divisão de tarefas, a participação nas decisões e a autonomia. Assim, é necessário regular as atividades desenvolvidas nesses locais e não simplesmente proibir que jovens e adolescentes circulem pela cidade ou participem de atividades nos espaços públicos em determinados períodos do dia.

Além do abandono, a forma como os espaços públicos são ocupados muitas vezes também contribui para o medo. Principalmente em bairros nas regiões periféricas, é difícil encontrar espaços públicos totalmente abandonados. O que ocorre é a sua apropriação por grupos que se valem da força e da violência para usá-los como querem, até para atividades criminosas, impedindo que outras pessoas usufruam deles. Nesses locais, costuma valer a lei do mais forte, de quem tem mais voz, poder ou força física para se impor. Assim, a comunidade e, sobretudo, a juventude, fica privada da oportunidade de uma convivência saudável, democrática e pacífica.

**Atenção!**

*“A impossibilidade de negociações entre as pessoas nos espaços de convivência juvenil esvazia o seu potencial de criação de relações de confiança, de aprendizagem das relações sociais e de construção de identidades coletivas. A predominância do uso da força e da violência nos espaços públicos de lazer e cultura não apenas empobrece as relações, mas serve como elemento reprodutor das desigualdades”.*

Trecho extraído do relatório final do Projeto Juventude, Gênero e Espaço Público, 1ª edição, 2007.

**Leia mais:**

<http://www.soudapaz.org/juventudegenero>

## Medo do Diferente

O esvaziamento e a insegurança presentes em muitos espaços públicos, trazem consigo também o medo e a dificuldade em conviver com o diferente. Com a desintegração da vida comunitária, as pessoas se isolam e os grupos sociais se tornam mais homogêneos, deixando de desenvolver e valorizar o aprendizado necessário para conviver com o diverso. Essa inabilidade transforma a experiência de encontro com o diferente em algo desconhecido e mais assustador, gerando hostilidade e agressividade no contato.

Por exemplo, um grupo de jovens góticos ou punks podem facilmente causar medo, em razão de adotarem uma estética e uma filosofia fora dos padrões mais comuns. No entanto, possivelmente é um grupo pacífico com valores claros que busca a construção de uma identidade alternativa à comum. O encontro com um grupo de jovens com essas características, em vez de risco, poderia proporcionar uma experiência muito gratificante e enriquecedora. Um contato com eles permitiria entender sua filosofia e seus valores, conhecer seus hábitos e práticas, suas músicas favoritas e sua visão de mundo. Melhor ainda se ocorresse, por exemplo, um encontro entre um grupo de idosos com esses jovens, já que ambos os lados teriam a chance de superar seus preconceitos, conhecer de parte a parte os estilos de vida e, com certeza, da próxima vez que o grupo de idosos cruzasse com o grupo de jovens, a primeira atitude não seria a de mudar de calçada.



Como fazer?

## A Importância da Cidade e da Ocupação do Espaço Público Para a Prevenção da Violência Entre Jovens

**É** possível realizar ações de prevenção da violência entre jovens no Brasil sob a perspectiva das cidades e dos espaços públicos. Isso significa promover uma cidade democrática, que garanta o acesso a todos os direitos e políticas públicas, reduzindo as desigualdades tão presentes nos grandes centros brasileiros, onde apenas parte da população consegue se desenvolver de maneira plena.

É preciso construir espaços seguros, mais do que isso, construir o significado desses espaços de maneira coletiva, de forma que se tornem capazes de garantir ao jovem as condições para se desenvolver social, individual e produtivamente. Locais que estimulem a capacidade de resolver conflitos de forma pacífica, fomentem a aprendizagem para conviver com a diferença e com adversidades.

Uma cidade com essas características contribui para formar cidadãos ativos, promovendo um novo sentido de vida coletiva e fortalecendo laços comunitários.

**Você sabia?**

Atualmente existe um grande debate sobre o direito à cidade. O 5º Fórum Urbano Mundial, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em março de 2010, parte da seguinte concepção:

*“Entendendo que a cidade é um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os seus habitantes, onde suas funções sociais são voltadas a assegurar a distribuição universal, democrática e sustentável de riquezas, serviços e oportunidades por ela oferecidas; o Direito à Cidade deve ser compreendido como um direito ao seu usufruto equitativo dentro dos princípios da sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. Essa cidade, formada por pessoas ligadas a ela por vínculos afetivos e culturais, com diversidades e pluralidades que expressam modos próprios de vida e identidade, é o palco principal de experiências sociais tensionadas por disputas por espaço e poder [...] Quando se defende o Direito à Cidade, defende-se o direito ao espaço democrático que rompe com a exclusão e com o processo de fragmentação existente hoje nas nossas cidades.”*

**Leia mais:**

<http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades/biblioteca/forum-urbano-mundial-5-direito-a-cidade-unindo-o-urbano-dividido/>

A ocupação dos espaços públicos é uma estratégia importante para a prevenção da violência, uma vez que contribui para que as pessoas voltem a viver na rua de uma maneira saudável, superando o medo do diferente, relacionando-se e mantendo relações pacíficas. Para os jovens, o tema é ainda mais fundamental, pois parte expressiva da construção de

sua identidade se dá a partir da socialização, da relação com o outro e também da experiência coletiva em que são desenvolvidas regras sociais e de convivência.

Os homicídios em nosso país estão em grande parte relacionados a conflitos banais, cuja resolução poderia se dar sem recurso à violência. A falta de capacidade de resolvê-los de forma mais pacífica e negociada está ligada à ausência de repertório e experiência em processos de diálogo e negociação. Além disso, os mecanismos institucionais para resolução de conflitos não estão disponíveis em toda a cidade. Em alguns lugares, não se sabe que eles existem e podem ser acionados; em outros casos, as pessoas nem conhecem os caminhos para se chegar até eles. É preciso ressignificar esses canais e isso será mais possível quanto mais utilizados forem, os resultados aparecerem de forma concreta.

Cidades apartadas que não garantem acesso aos direitos básicos para parte significativa da população, com ruas e espaços públicos esvaziados e inseguros, tornam escassas as oportunidades de aprendizagem e, portanto, mais difícil a mudança de atitudes e a adoção de padrões de convivência não violentos.

Apresentaremos aqui sugestões de estratégias para subsidiar mais concretamente o trabalho do gestor. Elas não são novidade, foram vivenciadas e aprendidas em diferentes projetos que estimulam a construção de uma cidade mais justa, revitalizam equipamentos públicos voltados à juventude, promovem a ocupação do espaço público e a convivência pacífica e podem ajudar a qualificar projetos e ações que já estejam em curso ou subsidiar a elaboração de uma nova iniciativa de prevenção da violência.

## Investimento em Infraestrutura

As condições físicas dos espaços públicos influem diretamente na percepção das pessoas sobre o local, bem como nas relações estabelecidas ali. Um lugar abandonado, com equipamentos quebrados e pichados, lixo espalhado, entulho amontoado e ainda por cima escuro, certamente é um lugar onde as pessoas terão medo de passar e muito mais de estar.

Um lugar que a princípio pode parecer apenas abandonado, revela muito do que se passa nele. Nessas condições pode favorecer o surgimento de atividades ilícitas já que, seguramente, há muito as pessoas não convivem ali e deixaram de se preocupar em cuidar dele. A situação denota uma completa ausência de controle social e uma fraca articulação comunitária, porque não há regras de convívio social estabelecidas, nem esforços coletivos para melhorar as condições daquele espaço.

Espaços públicos como esses geram um forte sentimento de insegurança nas pessoas, fazendo que elas permaneçam dentro de suas residências, um lugar “seguro”, diferente do espaço público. Com isso, toda convivência e o aprendizado coletivo ficam prejudicados afastando ainda mais as pessoas umas das outras.

Pensando nas periferias dos grandes centros urbanos, com poucos espaços esportivos, culturais e de lazer privados, e os equipamentos e espaços públicos que existem muitas vezes estão nas condições descritas acima, sobra muito pouca alternativa para os jovens se socializarem. Muitas vezes, os bares são os únicos locais possíveis de encontro e lazer, potencializando conflitos banais que serão resolvidos de maneira violenta.

**Melhorar a infraestrutura nas periferias, oferecendo espaços dignos para se viver, é essencial.**

Portanto, investir na melhoria da infraestrutura urbana nas periferias da cidade, oferecendo espaços dignos para se viver – desde condições de residência, saneamento básico, acessibilidade, escolas, equipamentos esportivos e culturais, espaços de lazer e saúde –, é essencial quando falamos em prevenção da violência. Essa é uma maneira de diminuir a desigualdade, oferecendo condições e oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais tão fundamentais para a convivência nas cidades.

Outro aspecto do investimento em infraestrutura está diretamente ligado à questão da segurança pública. Locais mal iluminados favorecem toda sorte de ações criminosas. Assim, a iluminação e a visibilidade do local público são características preventivas importantes quando se pensa no desenho urbano. Além disso, garantir o acesso a vias públicas para as forças de segurança atenderem a chamados também faz parte da lista de ações indispensáveis para a segurança dos espaços urbanos.

## Potencial Educativo das Cidades

As cidades têm um enorme potencial educativo, seja pela oferta de serviços e infraestrutura, seja pela quantidade e pelos tipos de relacionamentos diferentes que nelas podem se desenvolver. Os espaços públicos de uma cidade representam o local de encontro e de comunicação entre os jovens. O aprendizado pela convivência ajuda a recuperar o sentido público, coletivo e educativo que muitos desses espaços perderam, em contraposição ao aprendizado que acaba acontecendo quase exclusivamente nos locais privados.

As ruas e os espaços públicos voltam, assim, a ser ocupados de forma saudável, tornando-se espaços seguros. Esse aprendizado proporcionado pela cidade aumenta a capacidade de lidar com adversidades e resolver conflitos de forma negociada e pacífica, contribuindo para a prevenção da violência.

É claro que nos espaços públicos em geral os jovens podem ter muitas experiências negativas e até mesmo reproduzi-las, reforçando a insegurança de determinados locais. A preocupação de familiares e educadores com o fato de a rua ser potencialmente perigosa é legítima, sobretudo em lugares onde acontecem muitas situações violentas, mas não pode em nenhuma hipótese ser a justificativa para afastá-los dos espaços públicos. Quanto mais vazios e abandonados, mais estes espaços se tornarão inseguros e perigosos.

## Você sabia?

O movimento das *Cidades Educadoras* teve início em 1990 com uma reunião para estimular o potencial educador que as cidades têm. Nesse mesmo ano foi realizado o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras em Barcelona. Em 2004, foi aprovada a Carta das Cidades Educadoras que apresenta um conjunto de princípios e recomendações para os gestores das cidades.

Veja os principais pontos:

- Uma cidade educadora deve encorajar o diálogo entre gerações para contribuir com a convivência pacífica e realizar projetos comuns e compartilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes.
- O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando atenção especial à infância e à juventude.
- O planejamento urbano deverá considerar o impacto do ambiente das cidades no desenvolvimento de todos os indivíduos e na integração das suas aspirações pessoais e sociais, além de agir contra toda forma de segregação. Será importante também promover o associativismo como modo de participação e corresponsabilização das pessoas na gestão da cidade.

### **A Carta pode ser acessada em:**

<http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/04/cartacidadeseducadoras.pdf>

### **Conheça experiências de cidades educadoras no banco de documentos da Associação Internacional de Cidades Educadoras:**

[http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec\\_banc.html](http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_banc.html)

## Prevenção da Violência como Prioridade do Governo Local

A forma tradicional de lidar com a violência e a criminalidade, baseada em intervenções exclusivas dos governos federal e estadual, tem se mostrado insuficiente e ineficaz. Desde o ano 2000, cada vez mais os municípios vêm desenvolvendo políticas locais de prevenção da violência, uma vez que a prefeitura representa a esfera governamental mais próxima do cidadão, possibilitando a construção do diálogo e o desenvolvimento de ações específicas para lidar com os problemas.

Embora as prefeituras não exerçam controle direto sobre as instituições policiais, judiciárias ou prisionais, elas estão mais próximas das áreas mais afetadas pela violência e, por isso, têm capacidade de implementar políticas públicas adequadas à realidade local e capazes de propor ações mais efetivas de prevenção da violência, a partir da perspectiva de uma convivência harmônica e pacífica.

A ocupação dos espaços públicos é uma estratégia para a prevenção da violência entre jovens que deve ser incluída na agenda específica dos gestores locais das cidades brasileiras, os quais precisam buscar soluções inovadoras e criativas para lidar com essa questão. Especialmente quando se trata da violência que envolve os jovens, é necessário assumir claramente o enfoque preventivo e não repressivo na hora de desenvolver as políticas.

## Entendendo Melhor o Problema

Para se realizar qualquer intervenção, é essencial ter clareza dos problemas a serem enfrentados, bem como das potencialidades existentes no local. Em relação ao aspecto da prevenção da violência com foco no público jovem, o diagnóstico deve começar pelo levantamento e pela definição dos lugares prioritários para se atuar.

Onde os problemas de violência que se pretende atacar estão localizados? Quais são esses problemas? Como eles acontecem? Geralmente, quem são os envolvidos?

Uma vez identificados, esses serão os locais prioritários para os investimentos tanto do ponto de vista da infraestrutura urbana como dos programas sociais e de prevenção da violência a serem desenvolvidos. Para se chegar ao que deve ser feito, outras questões precisam ser respondidas.

Quais os interesses dos jovens daquele território? O que eles gostam de fazer em seu horário livre? Existem espaços públicos com alternativas esportivas, culturais e de lazer que atendam a esses interesses? Que tipo de atividade é oferecida? Em que horários tais atividades acontecem? São suficientes?

Outro bloco de informações diz respeito às condições de infraestrutura do lugar e a como as pessoas se sentem em relação a elas.

Quantos e quais são os equipamentos públicos disponíveis? Quais são os programas oferecidos nesses equipamentos? Em que horário eles funcionam? Como as pessoas e os jovens se sentem nesses locais? Quais são os lugares que estão abandonados? Existem locais utilizados para atos criminosos?

O diagnóstico não deve ficar apenas no levantamento dos problemas. É importante que também sejam levantadas as potencialidades, ou seja, o que já acontece de positivo naquele local, que pessoas estão mais mobilizadas e podem contribuir com as ações e assim por diante.

Quais são os grupos juvenis que estão mobilizados no local? Quais são os programas voltados para o público jovem? Existem organizações comunitárias atuando? Onde elas estão localizadas? Existe algum conselho comunitário funcionando? Quem são as pessoas envolvidas neles?

Se todas essas informações puderem ser georreferenciadas para que se tenha uma perspectiva espacial, isso facilitará a visualização de onde estão os problemas a serem atacados e também as potencialidades do local.

## Melhorias Urbanas

Como vimos, os aspectos de infraestrutura são essenciais para atuar na prevenção da violência. Eleger as áreas prioritárias para implantação ou revitalização de locais de convivência é o primeiro passo. Quando se estiver planejando o equipamento, é fundamental garantir a diversidade de uso. Por exemplo, se for uma praça pública é importante que haja a possibilidade para o uso esportivo e cultural, um parquinho para que as crianças possam utilizá-lo e também bancos e mesas para que não apenas jovens, mas também idosos possam usufruir do espaço.

Se for um equipamento esportivo, é importante levar em consideração a construção de uma quadra que sirva para mais de uma modalidade esportiva. Assim, quando se planejar a ocupação, pode-se incentivar o uso por “tribos” diferentes, promovendo a convivência entre elas.

Os interesses dos jovens devem ser levados em consideração na hora de construir ou revitalizar um equipamento público. Não adianta construir uma pista de caminhada para a terceira idade ou apenas um parquinho para as crianças esperando que os jovens ocupem o local. Equipamentos esportivos e culturais são excelentes alternativas para atrair o jovem para o espaço público e precisam estar adequados a suas demandas e disponibilidade – criar uma quadra que só pode ser utilizada durante o dia, quando os jovens estão estudando ou trabalhando, por exemplo, não parece a melhor solução.

Nas reformas dos espaços públicos é importante levar em conta também aspectos arquitetônicos que transformem o local em um ambiente mais amigável, acolhendo as pessoas e, ao mesmo tempo, oferecendo um espaço mais seguro. Existem estratégias que podem ser utilizadas pelo gestor para que os espaços, nos quais se desenvolverão atividades de ocupação democrática por jovens, sejam também mais seguros e acolhedores do ponto de vista arquitetônico.

**Você sabia?**

Em 1971, C. Ray Jeffrey desenvolveu uma teoria denominada *Crime Prevention through Environmental Design* (CPTED), ou em português Prevenção do Crime a Partir do Desenho dos Ambientes. Destacamos alguns elementos desta teoria:

- Garantir a vigilância natural dos espaços. É preciso que no desenho arquitetônico esteja prevista a visibilidade dos espaços públicos.
- Cuidado com o espaço público, mantendo a imagem e estética do local.
- O desenho ambiental deve facilitar relações sociais e gerar sentimento de pertencimento.

**Leia mais:**

<http://www.cpted.net/>

Quando enfatizamos a importância de se investir em infraestrutura é importante deixar claro que não basta fazer a construção ou a revitalização de um equipamento público. A manutenção do local juntamente com o plano de ocupação são fundamentais para garantir espaços seguros. Portanto, pensar em um plano de zeladoria permanente com corte de grama, varredura e coleta de lixo, manutenção de equipamentos quebrados e iluminação pública faz parte do processo.

## Envolver o Jovem Desde o Começo

Quanto maior o envolvimento do jovem desde o começo da ação, melhor será o resultado do programa. Isso vale inclusive para o desenho do equipamento público a ser construído. É comum a construção de equipamentos e desenvolvimento de programas de acordo com um plano de governo que não dialoga com os interesses da comunidade. Menor ainda é o diálogo com os jovens, muitas vezes entendido como “objeto” da política e não necessariamente como “sujeito” da política.

A participação efetiva do jovem gera um sentimento de pertencimento, criando um vínculo diferente com o equipamento, já que ele fez parte de seu planejamento e concepção. É importante que as equipes responsáveis tenham sensibilidade e capacidade para entender os jovens e suas peculiaridades.

Para concretizar a participação é necessário criar mecanismos como a realização de assembleias lúdicas, ou a formação de grupos de trabalho dividindo as responsabilidades para que os interesses dos jovens estejam presentes na elaboração das estratégias. Isso trará aliados na conservação e na manutenção dos equipamentos e transformará lugares antes entendidos como de ninguém, onde se faz o que bem entende, em espaços de todo mundo, em que há um controle social e as pessoas fazem sua parte para cuidar dos locais.

**A participação  
efetiva do jovem cria  
um vínculo diferente  
com o equipamento  
público.**

## Projeto Praças da Paz SulAmérica

É um projeto desenvolvido pelo Instituto Sou da Paz que revitaliza praças públicas na periferia de São Paulo, tanto do ponto de vista da infraestrutura como da ocupação. Em linhas gerais, o projeto procura envolver os moradores, sobretudo os jovens, em todo o processo de revitalização da praça: do planejamento da reforma à organização e à realização de atividades de esporte, cultura e lazer, além de ações para manter e cuidar das praças. O projeto estimula a formação de parcerias entre a comunidade, as organizações locais e o poder público, e com isso busca consolidar espaços públicos seguros marcados pela convivência democrática e a participação comunitária.

Alguns pontos que orientam a execução do projeto são:

- adaptar as ações para cada realidade;
- garantir a presença de um educador como referência em cada praça;
- promover uma experiência concreta de transformação de um espaço;
- estimular a participação e a diversidade dos moradores no planejamento e na execução da reforma e na ocupação da praça;
- não aceitar a violência e estimular a cultura de paz;
- buscar uma nova relação com o poder público e articular diferentes setores;
- investir na autonomia da comunidade para que tenha condições de promover ações de ocupação e cuidado das praças.

### Leia mais:

<http://www.soudapaz.org/pracasdapazsulamerica>

Outro aspecto a ser observado ao se elaborar as políticas de ocupação do espaço público é o desenvolvimento de propostas e metodologias que apostem no potencial do jovem como um gestor desse local. Sua participação na gestão é fundamental porque gradativamente vai se tornar corresponsável pelo espaço, por sua formação, seu cuidado e sua preservação, como também vai disseminar sua importância na comunidade.

Isso não significa repassar a responsabilidade total pelo cuidado com o espaço para os jovens, uma vez que ela pertence ao poder público, mas eles podem se tornar aliados do poder público acionando-o sempre que necessário.

Esse grupo de “jovens gestores” ainda pode colocar em prática o plano de ocupação, organizando atividades esportivas, culturais e de lazer nos equipamentos, com o apoio do poder público. Essa maneira de empoderar os jovens contribui para a criação e o fortalecimento de referências positivas na comunidade, elemento importante tanto na construção de identidade do jovem como em novos modelos de liderança pautados pela ação coletiva e pela não violência.

## Planejar a Ocupação dos Espaços Públicos

Ter um espaço bonito, reformado, com equipamentos esportivos e culturais disponíveis não basta. É preciso desenvolver um plano de ocupação, caso contrário rapidamente o local será deteriorado por falta de uso.

A ocupação pode se dar de diversas maneiras. O importante é estabelecer alguns princípios. O primeiro deles é **considerar os interesses da comunidade**. Não adianta levar para a comunidade um grupo de pagode se o estilo musical que todos gostam é o *hip-hop*. Depois, **incentivar a diversidade na ocupação**. Em um equipamento esportivo preze pela variedade esportiva, isso atrairá públicos diferentes e criará condições para essa convivência. E **envolver os jovens na elaboração do plano**, assim ganhará aliados na mobilização de pessoas e a chance de acerto é maior.

Não se limite àquilo que já existe. Ao mesmo tempo em que é fundamental considerar as demandas dos jovens e da comunidade, é preciso **trazer novas referências**. Isso amplia o repertório e traz novas condições de escolha para os jovens. **Promova ocupação em horários alternativos**, geralmente os homicídios entre jovens ocorrem à noite e nesses horários são poucas as atividades voltadas a esse público que promovem a convivência de maneira saudável.

## Projeto Esporte à Meia-noite

Esse projeto é desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal em Planaltina, Ceilândia e Samambaia. São oferecidas atividades esportivas, culturais e educativas para adolescentes e jovens no período noturno, entre 23 horas e 2 horas, horário em que tradicionalmente faltam oportunidades de socialização para esta faixa etária.

As atividades são monitoradas por bombeiros militares, com formação em Educação Física e primeiros socorros. O projeto é o resultado de reuniões com lideranças jovens da comunidade local, que apresentaram seu interesse nos tipos de atividades que são oferecidas. Também se identificou a incidência de atos infracionais no horário das atividades (23 h-2 h) e a falta de oportunidades de esporte e lazer.

Não há cadastramento ou inscrição oficial, a participação é livre. O jovem pratica se e quando quiser. Há uma aproximação entre polícia e juventude, promovendo mudanças na forma como o jovem vê a polícia e como a polícia vê o jovem.

### Leia mais:

[http://www.ssp.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=9014](http://www.ssp.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=9014)

Levando em conta tais princípios, pode-se implantar a ocupação utilizando diversas estratégias e ferramentas. Se o gestor não tiver servidores à disposição para realizar as atividades, pode recorrer à elaboração de editais de chamamento público abertos a entidades não governamentais e/ou profissionais, estabelecendo tipos de atividades a serem realizadas, locais e horários.

Outra forma de promover a ocupação é por meio da própria organização dos grupos juvenis locais. Muitos deles têm projetos, mas não têm locais para implantá-los. Se esses projetos estiverem alinhados com os princípios de uma ocupação saudável, pacífica e democrática, eles mesmos podem liderar as atividades nos espaços.

Existem ainda editais voltados aos grupos juvenis para oferecimento de atividades culturais em equipamentos públicos, que pode ser um bom caminho para fomentar a participação deles como protagonistas, desde que estejam claros quais são os princípios e valores que se espera estimular com essas atividades.

### **Núcleo de Proteção Psicossocial Especial - Ciclo de Violência - Projeto R.U.A.S (Resistência Urbana e Atitude Social)**

Este projeto é desenvolvido pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Interlagos (Cedeca Interlagos) na capital do Estado de São Paulo. Ele mobiliza e articula coletivos juvenis já existentes por meio de linguagens como arte, cultura, esporte, *break*, grafiti e futebol feminino, para que os jovens façam intervenções comunitárias com base em suas próprias propostas.

O diferencial do projeto são as atividades nas ruas, nos becos, vielas e campinhos das comunidades, onde reside o potencial de resistência e de ressignificação da rua, tida como espaço “perigoso”, transformando-a para que acolha uma participação produtiva e diferenciada do adolescente e do jovem.

#### **Leia mais:**

<http://www.cedecainter.org.br>

O gestor pode também fomentar uma articulação a fim de que a própria comunidade utilize os espaços com base na construção coletiva de regras de convivência. O programa Escola Aberta, por exemplo, atua com o trabalho de voluntários da própria comunidade (para mais informações, veja a cartilha Escola e prevenção da violência entre jovens). Alguns equipamentos esportivos na cidade de São Paulo passaram a ser geridos por entidades sociais com o estabelecimento de metas coletivas entre poder público e organização social. Independentemente da experiência, é importante identificar os caminhos viáveis em seu município, para promover a ocupação coletiva dos espaços públicos.

O aspecto crucial para o sucesso dessa estratégia é o fazer acontecer. Muitas vezes, encontramos comunidades bastante desacreditadas achando que não é possível promover

a ocupação do espaço público por uma nova ótica, já que estão há muito tempo mergulhadas na mesma realidade. Você já escutou a expressão “é preciso ver para crer”? Algumas experiências mostram que o poder simbólico de ações que permitem vivenciar essa nova forma de convivência no espaço público são fundamentais para a recuperação da autoestima comunitária e motivadoras importantes da ação transformadora.

## Promover a Mediação dos Espaços Públicos

Muitas vezes a regra que vale para o uso do espaço público é a “lei do mais forte”: determinado grupo, geralmente de meninos, chega primeiro ou simplesmente “expulsa” o grupo que estava utilizando o local. Isso é muito frequente, até porque é pela força que muitos jovens se expressam, mas acaba impedindo ou dificultando que outros grupos utilizem aquele espaço. Esse é um desafio em relação à ocupação dos espaços, principalmente em lugares em que não há um “mediador”, ou seja, um profissional ou uma equipe responsáveis por gerir o espaço, mas não significa que seja exclusivo deles. Até mesmo naqueles onde há profissionais atuando, a mediação é necessária, mas muitas vezes os profissionais estão sem ferramentas para fazê-la de forma mais adequada.

Nos locais onde não há um responsável, é preciso criar mecanismos de mediação por meio da contratação de profissionais que auxiliem na regulação do espaço ou por meio do empoderamento de pessoas da própria comunidade para isso. Em todos os casos, é necessário que haja uma formação para que os “mediadores”, profissionais ou educadores, atuem da melhor maneira.

O primeiro passo é a construção de regras coletivas. É fundamental que todos que utilizam o espaço ou pretendem fazê-lo participem desta construção. Se possível, as regras devem ficar visíveis para que todos fiquem cientes delas. É muito comum surgirem conflitos durante a ocupação do local por diferentes grupos, portanto a definição das regras pode ajudar na solução dos problemas.

Outro aspecto essencial é a postura mediadora da pessoa que estiver exercendo essa função. Por exemplo, se há uma discussão sobre os horários de jogos em determinada quadra

pública e um grupo quiser se sobrepor a outro, o mediador precisará intervir, mostrar as alternativas, explicar a situação, afirmando que todos devem ter a mesma oportunidade de jogar, e ajudar na tomada de decisão coletiva. É necessário cuidar do conflito coletivamente e com diálogo, ouvindo as diferentes opiniões e entendendo os interesses em jogo. Principalmente na atuação com os jovens, é muito importante possibilitar que eles experimentem práticas de negociação e possam desenvolver habilidades de resolver conflitos de forma pacífica.

Esse aprendizado é complexo e pode levar algum tempo. Afinal, trata-se de um processo de mudança cultural, de valores e atitudes. Mas ele é muito relevante e pode, de fato, contribuir significativamente para a consolidação de espaços públicos seguros.

**Atenção!**

Em regiões com altos índices de violência, é preciso pensar não só na mediação dos espaços, como também em garantir mecanismos formais de acesso à justiça. Não é raro encontrar ciclos de violência letal estabelecidos que começaram com um fato que não foi encaminhado à justiça e os culpados não foram punidos. Isso traz uma sensação de impotência às vítimas, que muitas vezes recorrem a outras formas de fazer justiça, até com as próprias mãos, perpetuando e aumentando o ciclo da violência no qual muitas comunidades estão inseridas.

Romper esses ciclos é função do poder público, que deve tornar o acesso à justiça e o acionamento de canais institucionais para a solução de conflitos um direito de todas as pessoas.

## Estimular a Aproximação com a Polícia

Falar em ocupação dos espaços públicos, sobretudo pelos jovens, certamente nos remeterá à questão da aproximação das forças policiais com a juventude. Muitas vezes, a perspectiva de manutenção da ordem pelos policiais parece ser incompatível com a concepção de intensa ocupação do espaço público, uma vez que conflitos surgirão. Mas a ideia é justamente promover esse encontro e trabalhar formas de resolver as questões de maneira pacífica, pelo diálogo e pela negociação.

O envolvimento da polícia desde o início do planejamento e o esforço para criar laços de confiança entre ela e a comunidade são aspectos que devem ser levados em consideração. Projetos que apostam nessa aproximação identificam que pode haver um “clima” mais tenso nas primeiras tentativas, mas ainda assim é importante insistir. Há projetos que promovem campeonatos integrados entre times de jovens e da polícia (Projeto Praças da Paz Sulamérica) e outros que apostam na figura do policial como mediador do espaço (Projeto Esporte à Meia-noite). Em todos os casos, é preciso ter em mente que essa aproximação será inicialmente conflituosa, uma vez que os jovens não costumam ter uma boa experiência com a polícia.

O responsável por essa aproximação precisará ter a habilidade de trabalhar esse conflito que naturalmente faz parte de um processo de aproximação com o diferente e de quebra de estereótipos. Trata-se de um trabalho importante e delicado que deve ser enfrentado.

Para a construção de um lugar seguro não basta a ocupação saudável e diversa do espaço. Em alguns momentos, as forças de segurança precisarão ser acionadas. Para que isso seja feito de uma maneira tranquila, uma estratégia que pode ser incentivada é a de promover a participação dos jovens e da comunidade nas reuniões dos conselhos comunitários de segurança. Tais conselhos geralmente são locais para discussão sobre segurança pública com participação conjunta de comunidade e policiais, para que as ações de ocupação sejam disseminadas e mais pessoas possam participar da vida comunitária.

Leia mais sobre a aproximação entre policiais e jovens na cartilha **Polícia e juventude**.

Atenção!

## Promover a Circulação dos Jovens pela Cidade

Como já foi abordado, a juventude é uma fase da vida de intensa experimentação. Portanto, proporcionar o conhecimento de coisas novas amplia o “cardápio” que o jovem terá no momento de fazer suas escolhas. É importante promover a circulação dos jovens pela cidade, pois nesses momentos pode-se criar oportunidades de interação e reflexão sobre tudo que vivenciam, e o contato com locais, experiências e pessoas diferentes.

Além disso, muitas vezes pela própria condição física (falta de espaço) de alguns territórios, a alternativa de garantir aos jovens acesso a esporte, cultura e lazer em outros espaços públicos pode ser interessante. Nestes casos é preciso dar condições de mobilidade para os jovens circularem pela cidade. Projetos dessa natureza apostam no contato do jovem com as tecnologias e oportunidades que a cidade oferece para ampliar seu repertório sociocultural e a capacidade de guiar sua vida.

### Jovens Urbanos

O programa desenvolvido pelo Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária, em São Paulo e no Rio de Janeiro, proporciona a circulação e a interação do jovem com a cidade, por meio de um conjunto de ações de formação e exploração pela cidade para jovens de 16 a 21 anos. Depois, eles elaboram e implementam projetos de intervenção.

O programa aposta que a ampliação de experiências de circulação e apropriação da cidade por jovens, que concentram suas atividades nos locais onde residem, contribui para diversificar suas relações e repertórios culturais e os afasta de situações de vulnerabilidade no confinamento social e intelectual a que muitas vezes estão subordinados. Ao entrarem em contato com a multiplicidade cultural em ação nas cidades e com diferentes modos de vida, eles ampliam suas capacidades de pensar e agir sobre si mesmos e na cidade.

Essa experiência ajuda a qualificar o jovem para o mercado de trabalho. A elaboração de produtos e ações de intervenção concreta na cidade permite que ele experimente atos de criação e exercite a partilha social.

#### Leia mais:

[http://www.cenpec.org.br/modules/xt\\_conteudo/index.php?id=9](http://www.cenpec.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=9)

## Recomendações Finais

O tema “cidade, espaço público, juventude e violência” é bastante complexo, com questões que vão desde o padrão de urbanização brasileiro, passando pela infraestrutura das cidades até o uso e a ocupação de espaços públicos.

Contudo, é possível observar que há experiências nessa área e os gestores já podem desenvolver novos projetos e programas de prevenção da violência juvenil, pensando na construção do espaço físico, na intensificação e na qualificação das atividades de ocupação com foco na convivência na cidade.

- O primeiro ponto a ser superado é a ideia de que jovens precisam ter seu tempo ocupado somente para não se envolverem com atos violentos, como vítimas ou como autores, ou então que proibi-los de frequentar o espaço é uma medida de proteção. O envolvimento com a violência se dá por questões muito mais complexas. Como vimos, as cidades têm um grande potencial educativo. Cabe aos gestores transformar esse potencial em medidas concretas para que os jovens experimentem as relações com os diferentes de maneira saudável e construtiva, fomentando o desenvolvimento de sonhos e projetos de vida.
- Antes de desenvolver qualquer projeto é preciso entender bem o problema a ser enfrentado, com informações sobre o território e o público com os quais se vai trabalhar, e os aspectos positivos desse local. Para superar o problema da violência, tal perspectiva deve estar presente em todas as fases do planejamento, desde o diagnóstico até a implementação da estratégia. Existem mecanismos simples, como exposto nesta cartilha, que se aplicados na prática podem contribuir imensamente para a superação do problema.
- A participação dos jovens em todo o processo é fundamental. A experiência da negociação de interesses diversos e do associativismo é um excelente mecanismo de formação de cidadãos. Além disso, o resultado do programa será mais efetivo quanto maior o sentimento de pertencimento das pessoas. Ele não será apenas o programa do governo, mas será o programa da comunidade.

- O investimento em espaços de convivência e em infraestrutura urbana e as políticas públicas em todas as áreas, habitação, educação, saúde, esporte, cultura, lazer, entre outras, principalmente em territórios marcados pela exclusão, são essenciais para garantir uma vida digna às pessoas, possibilitando o desenvolvimento humano. Reduzir as desigualdades das cidades deve ser uma meta a ser alcançada.
- A ocupação do espaço público deve ser um objetivo a ser perseguido, com o desenvolvimento de mecanismos para a reconstrução de normas sociais, valores e objetivos coletivos. É preciso recuperar iniciativas de cooperação entre os diferentes, facilitar o aprendizado de negociação, participação e divisão de tarefas, resgatando o tecido social das cidades e fortalecendo laços de confiança e solidariedade.
- O investimento na formação dos profissionais que atuam nos espaços públicos é fundamental. É necessário desenvolver habilidades para mediar conflitos por meio do diálogo, ter uma excelente capacidade de escuta e de empatia, além de ser capaz de agregar diferentes e articular atividades coletivas.
- Por fim, é importante deixar claro que é preciso integrar as diversas estratégias. Não basta recuperar o espaço do ponto de vista da infraestrutura ou promover a ocupação de um espaço completamente degradado. O desenvolvimento das ações nas duas frentes é o que trará resultados positivos na reversão do quadro de violência. O PRONASCI, por exemplo, enfoca a integração das diversas ações. Os Territórios de Paz implantados em diversas unidades da federação são um exemplo de ação concentrada em um território, com uma ampla gama de estratégias para a prevenção da violência.

Esperamos que essas reflexões e recomendações sejam úteis e apontem caminhos para se trabalhar a prevenção da violência entre jovens. Com um bom diagnóstico, criatividade e o foco na prevenção da violência é possível construir uma cidade melhor!

## Saiba mais

### **Sobre desenvolvimento das cidades e criminalidade:**

- *Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Teresa Caldeira. Ed. 34/ Edusp, 2000
- *Cidades Sul-Americanas: assegurando um futuro urbano*. Relatório Urban Age, 2008  
Disponível em: [http://www.urban-age.net/0\\_downloads/South\\_America\\_Newspaper\\_Portugues.pdf](http://www.urban-age.net/0_downloads/South_America_Newspaper_Portugues.pdf)
- *Confiança e medo na cidade*. Zygmunt Bauman. Jorge Zahar, 2009
- *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Jane Jacobs. Martins Fontes, 2000
- *Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo*. Renata Mirandola Bichir. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Ciência Política, 2006  
Disponível em: [http://www.centrodametropole.org.br/pdf/DISSERTA\\_\\_O\\_Renata\\_Bichir.pdf](http://www.centrodametropole.org.br/pdf/DISSERTA__O_Renata_Bichir.pdf)
- *Urban Age 2008*. Conferências e textos.  
Disponíveis em: [http://www.urban-age.net/03\\_conferences/conf\\_saoPaulo.html](http://www.urban-age.net/03_conferences/conf_saoPaulo.html)

### **Sobre estratégias de prevenção da violência:**

- *Crime Prevention through Environmental Design*. C. R. Jeffrey. 2 ed. Beverly Hills, Sage, 1997
- *Desenho do espaço público como ferramenta de prevenção da violência*. Anika Gartner. Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 2, edição 3, jul/ago 2008  
Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>
- *La violencia en el espacio urbano y el derecho a un mejor vivir*. Liliana Aguirre. Revista INVI, vol 22, numero 06. Universidad de Chile, 2007  
Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=25806106>
- *Prevenção da Violência: o papel das cidades*. João Trajano Sento-Sé (organizador). Civilização Brasileira, 2005
- *Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros*. Carolina de Mattos Ricardo e Haydée G. C. Caruso. Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 1, edição 1, 2007  
Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>
- *Sistematização de Projetos de Prevenção da Violência entre Jovens*. Relatório de Pesquisa. Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação - Eixo 02. ILANUD, 2010  
Disponível em: <http://www.ilanud.org.br>

## Créditos e Ficha técnica

### Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

#### Ministério da Justiça

**Ministro:** Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

**Secretário-Executivo:** Rafael Thomaz Favetti

**Secretário Nacional de Segurança Pública:** Ricardo Brisolla Balestreri

**Secretário Executivo do Pronasci:** Ronaldo Teixeira da Silva

**Secretário Nacional de Justiça:** Romeu Tuma Júnior

**Secretário de Reforma do Judiciário:** Rogério Favreto

**Secretário de Assuntos Legislativos:** Pedro Vieira Abramovay

**Secretária de Direito Econômico:** Mariana Tavares de Araújo

#### Departamento de Políticas, Programas e Projetos

**Diretor:** Alexandre Augusto Aragon

**Coordenação-Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública:** Cristina Gross Villanova /  
Suelen Sales (Gerente de Projetos)

#### Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

**Diretora:** Juliana Márcia Barroso

**Coordenação-Geral de Pesquisa:** Luciane Patrício

#### Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**Presidente do Conselho de Administração:** Jésus Trindade Barreto Jr.

**Conselho de Administração:** Elizabeth Leeds - Presidente de Honra / Denis Mizne / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / Jésus Trindade Barreto Jr. / José Luiz Ratton Jr. / José Marcelo Zacchi / José Vicente Tavares dos Santos / Kátia Alves / Luciene Magalhães de Albuquerque / Luís Flávio Saporì / Renato Vieira de Souza / Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa / Sérgio Roberto de Abreu / Sílvia Ramos / Wilson Batista

**Secretário Geral:** Renato Sérgio de Lima

#### Equipe do Projeto

**Coordenadora:** Claudia Guazzelli Charoux

**Assistente:** Vanessa Abdo Benaderet

**Estagiária:** Natalia de Oliveira Romano

## **Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação**

Reinaldo Chaves Gomes (PRONASCI/ MJ) / Marcelo Ottoni Durante (UFV) / Claudio Bandel Tusco (MJ)/ Isabel Figueiredo (MJ) / Helder Ferreira (IPEA) / Renato Sérgio de Lima (FBSP) / Paula Miraglia (ILANUD)

## **Supervisão e Coordenação Geral do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação**

Renato Sérgio de Lima / Denis Mizne / Melina Risso / Paula Miraglia

### **Instituto Sou da Paz**

**Diretor executivo:** Denis Mizne

**Diretora de desenvolvimento institucional:** Melina Risso

**Coordenadora da área de adolescência e juventude:** Mônica Zagallo Camargo

**Coordenadora da área de sistematização, informação e referência:** Ligia Rechenberg

### **Agradecimentos**

Daniele Barros Duarte

Luciana Guimarães

## **Ficha Técnica**

**Parceiro  
Responsável**

**Supervisão e Coordenação Geral:** Reinaldo Chaves Gomes

### **Cidade e espaços públicos**

**Coordenação:** Ligia Rechenberg e Mônica Zagallo

**Redação:** Carolina de Mattos Ricardo

**Consultoria:** Melina Risso

**Revisão:** Solange Martins

**Edição de Arte:** URBANIA

**Tiragem:** 1800 exemplares

**Data:** Maio/2010



## Cidade e espaços públicos

03

Os homicídios que vitimam anualmente milhares de jovens no Brasil afetam sobretudo os jovens homens, negros, entre 15 e 24 anos, moradores das periferias dos grandes centros urbanos. Ou seja, ainda que a sensação de insegurança esteja bastante difundida entre toda a população, a violência letal tem endereço certo.

Nesse contexto, ao se pensar em estratégias de prevenção da violência letal entre jovens, é essencial considerar aspectos da formação, planejamento e gestão das metrópoles, assim como as relações que as pessoas estabelecem com os espaços públicos - locais estratégicos para se experimentar e consolidar formas de convivência não pautadas pela violência.

Esta cartilha pretende trazer subsídios que possam orientar os gestores a desenvolver ações de prevenção da violência entre jovens com foco em melhorias urbanas, voltadas tanto à infraestrutura, quanto ao fomento de uma ocupação saudável, pacífica e democrática dos espaços públicos.